

Imobiliária Construtora Grão-Pará, S.A.

Sociedade Aberta

Rua Misericórdia, 12 a 20, Piso 5, Esc. 19 – 1200-273 Lisboa

Registada na Conservatória do

Registo Comercial de Lisboa/Pessoa Colectiva nº 500.136.971

Capital Social: 12.500.000 Euros



INFORMAÇÃO SEMESTRAL

CONSOLIDADA

2010

(Informação financeira não sujeita a auditoria ou revisão limitada, nos termos do nº 3 do artº 8º do Código dos Valores Mobiliários)

Imobiliária Construtora Grão-Pará, S.A.
Relatório de Gestão do 1.º Semestre de 2010.

Nos termos legais e estatutários, vimos, pelo presente, proceder à apresentação da informação Consolidada semestral respeitante ao 1.º Semestre do ano de 2010.

Actividade Corrente do Grupo:

A) HOTELARIA

Embora com resultados ligeiramente melhores do que os do período homologado do ano passado – porém, muito influenciados pelo facto de em parte do período, ora em comparação – Janeiro, Fevereiro e Março de 2010 – o Hotel Atlantis Sintra Estoril – em virtude das obras de construção da nova via rodoviária A16/IC30, ter estado encerrado e sem qualquer actividade/facturação -, a verdade é que a crise económica que assolou toda a Europa e Estados Unidos da América continuou a fazer sentir os seus efeitos, com especial destaque para o sector do turismo. Assim, embora com esforço de inverter a situação e de cativar uma maior procura dos serviços hoteleiros, a verdade é que este esforço é feito à custa de uma drástica redução dos preços de venda dos produtos sem que seja possível redução dos custos, antes pelo contrário, com um aumento daqueles, acompanhado de um forte aumento da carga fiscal.

B) RESTANTES ÁREAS DO GRUPO

1) Relativamente aos projectos imobiliários do Grupo, no que concerne ao projecto dos Terrenos Circundantes do Autódromo Fernanda Pires da Silva, importa salientar que após o reconhecimento, pelo Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, dos direitos construtivos do Grupo Grão-Pará o Governo Português decidiu recorrer da decisão, encontrando-se a mesma pendente no Tribunal Central Administrativo. Já relativamente aos restantes projectos, importa salientar a aprovação da licença para alteração do antigo Mini-Mercado da urbanização Solférias para edifício de habitação, bem como a prorrogação da licença de construção da Estalagem de Estremoz.

2) Por último, tendo em consideração o Acordo Global assinado com o Estado Português em 08 de Julho de 1997 – e cujo Acordo de Fecho foi concretizado em 08 de Fevereiro de 2000 -, dois pontos importam referir:

- (i) Abrangendo o Acordo Global um conjunto de obrigações de diferentes sociedades que compõem o Grupo Empresarial Grão Pára e tendo sido entregues ao Estado, como forma de pagamento alguns bens de outras sociedades do Grupo, criou-se no seio do grupo, a nível contabilístico, um complexo conjunto de relações creditórias entre as diversas sociedades. Por forma a simplificar a situação e garantir uma mais fácil e clara compreensão dos valores, decidiu-se centralizar

todas as relações em causa na Imobiliária Construtora Grão-Pará, S.A. - sociedade Mãe do Grupo Grão-Pará.

- (ii) Ainda relacionado com a matéria vertida no Acordo Global, celebrado com o Estado Português, por entender o Grupo Grão Pará que os bens entregues em dação em pagamento eram de valor muito superior ao da dívida apurada, intentou o mesmo contra o Estado Português uma acção judicial cuja base do pedido é o Enriquecimento Sem Causa do Estado Português. A referida acção iniciou a fase de audiência de julgamento no passado dia 22 de Junho de 2010.

Lisboa, 14 de Julho de 2010.

A Administração

Dr. Abel Saturnino da Silva de Moura Pinheiro

Dr. Pedro Caetano de Moura Pinheiro

**Declaração Emitida nos termos e para os efeitos da alínea c) do nº1 do
artigo 246º do Código dos Valores Mobiliários**

Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c) do nº1 do artigo 246º do Código dos Valores Mobiliários, os membros do Conselho de Administração da Imobiliária Construtora Grão-Pará, SA, cuja identificação e funções se indicam infra, declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento:

- a) O relatório de gestão, as contas e demais documentos de prestação de contas semestrais, exigidos por Lei ou regulamento, todos relativos ao exercício findo a 30 de Junho de 2010, foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Sociedade e das sociedades incluídas no perímetro da consolidação;
- b) O relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Sociedade e das sociedades incluídas no perímetro da consolidação e, quando aplicável, contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

Abel Saturnino da Silva de Moura Pinheiro
(Administrador)

Pedro Caetano de Moura Pinheiro
(Administrador)

Nota: Fernanda Pires da Silva, Presidente do Conselho de Administração encontra-se impossibilitada de assinar por motivos de saúde.

Grupo Grão-Pará

Indicação do número de valores mobiliários emitidos pela sociedade com as quais esteja em relação de domínio ou de grupo detidos por titulares dos órgãos sociais, e todas as aquisições, onerações ou transmissões reportado a 30 de Junho de 2010;

D. Fernanda Pires da Silva

- Imobiliária Construtora Grão-Pará, S.A.	674.112 Acções
- Interhotel – Soc. Internacional de Hotéis, S.A.	12.714 “
- Matur – Soc. Empreend. Turísticos da Madeira, S.A.	42.418 “
- Autodril – S.G.P.S., S.A.	1.000 “
- Somotel - Soc. Portuguesa de Motéis, S.A.	2.437 “
- Comportur – Comp. Urb. Turismo, S.A.	103 “

Dr. Abel Pinheiro, directamente;

- Imobiliária Construtora Grão-Pará, S.A. (Tendo adquirido no 1º semestre 67.946 acções)	453.044 Acções
- Interhotel – Soc. Internacional de Hotéis, S.A.	24 “
- Matur – Soc. Empreend. Turísticos da Madeira, S.A.	1.002 “
- Somotel - Soc. Portuguesa de Motéis, S.A.	20 “
- Comportur – Comp. Urb. Turismo, S.A.	161 “

Indirectamente através da Soc. Santa Filomena, SGPS;

- Imobiliária Construtora Grão-Pará, S.A.	249.373 Acções
- Interhotel – Soc. Internacional de Hotéis, S.A.	12.917 “
- Matur – Soc. Empreend. Turísticos da Madeira, S.A.	4.796 “
- Somotel - Soc. Portuguesa de Motéis, S.A.	1.610 “
- Comportur – Comp. Urb. Turismo, S.A.	2.594 “

Indirectamente através da Soc.KB BUSINESS CORP.;

- Imobiliária Construtora Grão-Pará, S.A.	99.000 Acções
---	---------------

Dr. Pedro Caetano de Moura Pinheiro, directamente;

- Imobiliária Construtora Grão-Pará, S.A. (Adquiridas no 1º semestre 503 acções.)	2.513 Acções
---	--------------

Lista dos titulares de participações sociais qualificadas, com indicação do número de acções detidas e percentagem de direitos de voto correspondentes, calculada nos termos do artigo 20º do Cód. VM, reportada a 30 de Junho de 2010:

	Nº Acções	% Capital	% de Votos
- D. Fernanda Pires da Silva	674.112	26,96	34,11*
- Dr. Abel Pinheiro (Santa Filomena e KB Business)	801.417	32,06	82,30*
- Dr. Pedro Pinheiro	2.513	0,10	0,13
- Autodril – S.G.P.S., S.A.	440.180	17,61	0
- Matur – Soc. Emp. Turísticos da Madeira, S.A.	83.234	3,33	0
- EDEC – Edificações Económicas, S.A.	150.924	6,04	7,64*
- Herdeiros doSr. João Paulo Teotónio Pereira	54.159	2,17	2,74
- INVESMON Limited – Liability Company	219.229	8,77	11,09

* A referida percentagem de direitos de voto deriva da circunstância de a CMVM ter considerado ser de imputar ao Dr. Abel Pinheiro os direitos de voto associados às acções detidas pela Sra. D. Fernanda Pires da Silva e da EDEC na Sociedade. O referido entendimento foi transmitido à Sociedade pelo ofício sob referência 349/EMIT/DMEI/2008/22202, datado de 19.12.2008, tendo a Sociedade oportunamente manifestado a sua não concordância quanto à interpretação realizada pela CMVM.

Imobiliária Construtora Grão-Pará, SA

Divulgação de transacções de acções por Administradores da Sociedade
no 1º semestre de 2010

Dr. Abel Saturnino de Moura Pinheiro

Tipo de Transacção	Local	Quantidade de Acções	Preço Unitário	Data Transacção
Compra	Bolsa	1	3,30 €	05-02-2010
Compra	Bolsa	84	4,81 €	16-02-2010
Compra	Bolsa	16	4,00 €	19-02-2010
Compra	Bolsa	39	4,00 €	22-02-2010
Compra	Bolsa	1	4,00 €	23-02-2010
Compra	Bolsa	300	3,60 €	25-02-2010
Compra	Operação fora de Bolsa	35.000	3,60 €	23-03-2010
Compra	Bolsa	6	3,60 €	29-03-2010
Compra	Bolsa	1.294	3,60 €	15-04-2010
Compra	Bolsa	710	3,60 €	21-04-2010
Compra	Bolsa	471	3,60 €	26-04-2010
Compra	Bolsa	24	3,60 €	27-04-2010
Compra	Operação fora de Bolsa	30.000	3,60 €	30-04-2010
		67.946		

O número de acções detidas directamente por Dr. Abel Pinheiro após estas transacções é de 453.044 acções.

Dr. Pedro Caetano de Moura Pinheiro

Tipo de Transacção	Local	Quantidade de Acções	Preço Unitário	Data Transacção
Compra	Bolsa	46	3,65 €	05-01-2010
Compra	Bolsa	280	3,65 €	07-01-2010
Compra	Bolsa	4	3,65 €	12-01-2010
Compra	Bolsa	97	3,65 €	22-01-2010
Compra	Bolsa	2	3,65 €	29-01-2010
Compra	Bolsa	22	3,60 €	18-05-2010
Compra	Bolsa	16	3,60 €	20-05-2010
Compra	Bolsa	3	3,60 €	28-05-2010
Compra	Bolsa	22	3,60 €	08-06-2010
Compra	Bolsa	11	3,60 €	22-06-2010
		503		

O número de acções detidas directamente por Dr. Pedro Pinheiro após estas transacções é de 2.513 acções.

GRUPO GRÃO-PARÁ
Balço Consolidado em 30 de Junho de 2010 e 30 de Junho de 2009
(Valores expressos em euros)

	Notas	30-06-2010	30-06-2009
Activo			
Não Corrente			
Activos fixos tangíveis	2.6 e 14	52.065.495	58.442.779
Investimentos financeiros	2.8 e 16	1.985.119	1.042.517
Impostos diferidos activos			
Outros activos não correntes			
Total dos activos não correntes		54.050.614	59.485.296
Corrente			
Inventários	2.10 e 19	6.478.077	7.825.868
Clientes	2.9	244.494	216.711
Outras dívidas de terceiros	20	23.215.189	22.745.038
Outros activos correntes	21	6.711	561.626
Caixa e equivalentes	2.11 e 22	333.390	51.607
Total dos activos correntes		30.277.859	31.400.850
Total do Activo		84.328.473	90.886.146
Capital próprio e passivo			
Capital	23	12.500.000	12.500.000
Reservas		6.611.590	14.527.690
Resultado liquido do exercício		-4.382.009	-2.544.827
Total do capital próprio		14.729.581	24.482.863
Interesses minoritários		20.343	710.885
Financiamentos obtidos	27	33.577.467	36.452.080
Outros credores não correntes			
Passivos por impostos diferidos	17	12.129.574	10.952.614
Total dos passivos não correntes		45.707.041	47.404.694
Financiamentos obtidos	27	17.168.852	11.166.868
Fornecedores	2.16	303.943	215.487
Outras dívidas a terceiros	29	1.234.013	868.957
Provisões	2.14 e 30	144.254	144.254
Outros passivos correntes	31	5.020.447	5.892.138
Total dos passivos correntes		23.871.508	18.287.704
Total da passivo, interesses minoritários e capital próprio		84.328.473	90.886.146

Lisboa, 14 de Julho de 2010

O Técnico Oficial de Contas N° 33.321
Sandra Vieira

A Administração
Dr. Abel Saturnino de Moura Pinheiro
Dr. Pedro Caetano de Moura Pinheiro

GRUPO GRÃO-PARÁ
Demonstração Consolidada dos Resultados por Naturezas a 30 de Junho de 2010 e 2009
(Valores expressos em euros)

	Notas	30-06-2010	30-06-2009
Rendimentos Operacionais			
Vendas e serviços prestados	2.3 e 6	595.627	654.117
Outros rendimentos e ganhos	7	204.891	1.056.744
Varição nos inventários de produção		0	-141.508
Total dos rendimentos operacionais		800.519	1.569.353
Gastos operacionais			
Mercadorias e matérias consumidas		105.108	77.622
Fornecimentos e serviços externos	8	1.030.067	1.130.750
Gastos com o pessoal	9	1.160.114	1.183.829
Amortizações	10	195.274	353.791
Provisões		0	0
Outros gastos e perdas operacionais	11	61.540	46.899
Total dos gastos operacionais		2.552.103	2.792.891
Resultado Operacional		-1.751.584	-1.223.538
Resultados Financeiros	12	-2.886.507	-1.580.060
Perdas relativas a Empresas Associadas			
Lucros antes de Impostos			
Imposto sobre o rendimento	2.17 e 13	-12.619	-7.069
Resultado depois de Imposto		-4.625.472	-2.796.529
Interesses Minoritários	26	-243.463	-251.702
Resultado Consolidado do exercício		-4.382.009	-2.544.827

Lisboa, 14 de Julho de 2010

O Técnico Oficial de Contas N° 33.321
Sandra Vieira

A Administração
Dr. Abel Saturnino de Moura Pinheiro
Dr. Pedro Caetano de Moura Pinheiro

GRUPO GRÃO-PARÁ
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES DOS CAPITAIS PRÓPRIOS CONSOLIDADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS A 30 DE JUNHO DE 2010 E 2009

(Valores expressos em euros)

	Capital	Acções Próprias	Prémio de Emissão de Acções	Diferenças de Consolidação	Excedentes Reavaliação	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transitados	Resultado Líquido do Ex.	Total
Movimentos do 1º semestre de 2009										
Saldo em 1 de Janeiro de 2009	12.500.000	-3.367.236	4.888.219	-14.212.927	41.401.163	3.830.697	3.542.055	-13.789.280	-7.764.993	27.027.698
Aplicação do Resultado de 2008								-7.760.407	7.764.993	4.586
Resultado Líquido									-2.544.827	-2.544.827
Outros				-544.603		27.000		513.008		-4.595
Saldo em 30 de Junho de 2009	12.500.000	-3.367.236	4.888.219	-14.757.530	41.401.163	3.857.697	3.542.055	-21.036.679	-2.544.827	24.482.862
Movimentos do 1º semestre de 2010										
Saldo em 1 de Janeiro de 2010	12.500.000	-3.367.236	4.888.219	-14.757.530	31.797.704	3.857.697	3.542.055	-11.135.369	-8.213.991	19.111.549
Aplicação do Resultado de 2009								-8.213.950	8.213.991	41
Resultado Líquido									-4.382.009	-4.382.009
Outros				35.521				-35.521		0
Saldo em 30 de Junho de 2010	12.500.000	-3.367.236	4.888.219	-14.722.009	31.797.704	3.857.697	3.542.055	-19.384.840	-4.382.009	14.729.581

Lisboa, 14 de Julho de 2010

O Técnico Oficial de Contas Nº 33.321
Sandra Vieira

A Administração
Dr. Abel Saturnino de Moura Pinheiro
Dr. Pedro Caetano de Moura Pinheiro

Grupo Grão-Pará

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2010

(Montantes expressos em Euros)

1. Actividade

O **Grupo Grão-Pará** é constituído por várias empresas, com diversas áreas de actividade, das quais se destacam a do turismo e a imobiliária.

2. Políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na determinação dos resultados do exercício e apresentação da situação financeira são as seguintes:

2.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação, organizados e elaborados segundo as disposições do normativo contabilístico vigente em Portugal, ajustados para dar cumprimento às Normas Internacionais de Relato Financeiro efectivas para o exercício iniciado em 1 de Janeiro de 2005.

A Imobiliária Construtora Grão-Pará adoptou os IFRS na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas pela primeira vez no exercício de 2005, pelo que nos termos do disposto no IFRS 1 – Primeira Adopção das Normas Internacionais de Relato Financeiro, se considera que a transição dos princípios contabilísticos portugueses para o normativo internacional se reporta a 1 de Janeiro de 2004.

As demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2004, apresentadas para efeitos comparativos, foram igualmente preparadas de acordo com aqueles princípios, considerando adicionalmente as disposições do IFRS 1 na determinação dos ajustamentos efectuados à data de 1 de Janeiro de 2004 (data de transição).

2.2 Bases de consolidação

Participações financeiras em empresas do grupo e associadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as contas da Imobiliária Construtora Grão-Pará, S.A. e das filiais em que participa, directa e indirectamente, no respectivo capital social de modo maioritário e exercendo o controlo da sua gestão, as quais foram englobadas pelo método de consolidação integral, com excepção das que têm um valor patrimonial reduzido, ou que se encontram desactivadas, as quais são apresentadas na Nota 3.

Saldos e transacções entre empresas do grupo

Para as empresas englobadas pelo método da consolidação integral, os saldos e as transacções (com os correspondentes proveitos e custos) entre as empresas objecto de consolidação foram eliminados.

Diferenças de consolidação

As diferenças, tanto positivas como negativas, entre o valor contabilístico dos investimentos financeiros e o valor atribuível aos activos líquidos adquiridos, são relevadas na rubrica “Diferenças de consolidação” no Capital próprio. As variações ocorridas na situação líquida das participadas são relevadas nas diversas rubricas do Capital próprio. O valor correspondente à participação de terceiros é apresentado no balanço consolidado na rubrica de “Interesses minoritários”.

As diferenças de consolidação originadas em aquisições anteriores à data de transição para as IFRS (1 de Janeiro de 2004) foram mantidas pelos valores líquidos apresentadas de acordo com os princípios geralmente aceites em Portugal.

2.3 Reconhecimento do Rédito

Vendas e Serviços Prestados

Os rendimentos decorrentes das vendas são reconhecidos na Demonstração de Resultados quando os riscos e vantagens inerentes à posse dos activos vendidos são transferidos para o comprador. Os rendimentos associados com a prestação de serviços são reconhecidos na Demonstração dos Resultados em função do grau de execução do serviço.

Gastos financeiros líquidos

Os gastos financeiros líquidos representam essencialmente juros de empréstimos obtidos, juros de aplicações financeiras e ganhos e perdas cambiais.

Os gastos financeiros líquidos são reconhecidos em resultados numa base de acréscimo durante o período a que dizem respeito.

2.4 Transacções em moeda diferente do euro

As transacções em moeda diferente do euro são convertidas para euros à taxa de câmbio em vigor à data da transacção.

À data do balanço, os activos e passivos monetários expressos em moeda diferente do euro são convertidos à taxa de câmbio em vigor a essa data e as diferenças de câmbio resultantes dessa conversão são reconhecidos como resultados do exercício.

2.5 Gestão dos riscos financeiros

A exposição do Grupo a riscos financeiros inclui variações cambiais e variações de taxa de juro.

Risco cambial

O risco cambial tem origem no empréstimo junto do BES no valor de 17.862.362,38 USD.

Risco da taxa de juro

Os empréstimos vencem juros a taxas variáveis. O Grupo não tem recorrido a instrumentos de cobertura da taxa de juro.

Risco de crédito

O Grupo não tem concentração significativa de risco de crédito uma vez que as suas vendas, sendo relacionadas com prestações de serviços em hotéis, são na sua quase totalidade efectuadas a pronto pagamento. Para as vendas a crédito existem políticas que asseguram que as mesmas são efectuadas a clientes com adequado historial de crédito.

Risco de liquidez

O Grupo assegura a manutenção das disponibilidades necessárias através da utilização de linhas de crédito negociadas com alguns Bancos.

2.6 Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis, nomeadamente os terrenos e edifícios encontram-se registados ao justo valor, apurado com base em avaliações efectuadas por peritos independentes, numa óptica de melhor uso. O justo valor dos terrenos que se encontram adjacentes ao Autódromo do Estoril, foi considerado pela entidade que procedeu à avaliação dos mesmos, foi apurado no pressuposto de que existem projectos aprovados para aqueles terrenos, encontrando-se contudo os mesmos ainda dependentes de licenças a conceder por entidades externas.

Os activos fixos tangíveis em curso são registadas ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas de imparidade acumuladas, e começam a ser depreciadas a partir do momento em que os activos subjacentes estejam concluídos ou disponíveis para utilização.

Amortizações

As vidas úteis estimadas são como se seguem:

	<u>ANOS</u>
Edifícios e outras construções	10 - 50
Equipamento básico	4 - 24
Equipamento de transporte	3 - 6
Ferramentas e utensílios	3 - 8
Equipamento administrativo	3 - 10
Outras Imobilizações corpóreas	4 - 8

Locação financeira

Os activos imobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo do activo é registado no activo fixo tangível, a correspondente responsabilidade é registada no Passivo e os juros incluídos no valor das rendas e a amortização do Activo, calculada conforme descrito acima, são registados como custos na Demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

2.8 Investimentos financeiros

Os Investimentos financeiros relativos a partes de capital em empresas do Grupo e Associadas, estão valorizados ao custo de aquisição, com excepção das participações na Autodril, S.G.P.S, S.A. e Comportur – Companhia Portuguesa de Urbanização e Turismo, S.A. cujo valor foi corrigido em 1987, por força de aumentos de capital realizados por incorporação de reservas. As participações para as quais não se assegura uma influência significativa na actividade foram registadas ao valor mais baixo entre o custo de aquisição e o seu valor de realização.

Os Investimentos Financeiros em imóveis encontram-se registados ao valor de mercado.

2.9 Clientes e devedores

Os saldos de clientes e devedores são contabilizados pelo valor nominal, deduzido de qualquer perda de imparidade.

2.10 Inventários

As Mercadorias e as Matérias-primas, subsidiárias e de consumo estão valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao respectivo valor de mercado.

Os Produtos acabados e intermédios e os Produtos e trabalhos em curso da empresa mãe estão valorizados ao custo de aquisição ou, no caso de projectos, pelos custos directos incorridos pelo Departamento técnico e/ou estimativas de honorários, apuradas em 1995 e 1996, pela aplicação de tabelas de trabalhos de arquitectura e engenharia a cada uma das fases em que esses projectos se encontravam, deduzido dos ajustamentos, para o ao respectivo valor de mercado.

Os Produtos acabados da G.P.A., S.A. constituídos por fracções destinadas a venda estão registadas ao justo valor, apurado com base em avaliações efectuadas por perito independente.

2.11 Caixa e equivalentes de caixa

A rubrica caixa e equivalentes de caixa incluem numerário e depósitos à ordem.

2.12 Imparidade

Os activos do Grupo são analisados à data de cada balanço, por forma a avaliar indicações de eventuais perdas de imparidade.

2.14 Provisões

São constituídas provisões no balanço sempre que o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado e sempre que é provável uma diminuição, razoavelmente estimável, de recursos para liquidar a obrigação.

2.15 Especialização de Exercícios

Os gastos e rendimentos são registados de acordo com o princípio da especialização de exercícios, segundo o qual às transacções são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de Outras contas a receber e a pagar e Diferimentos.

2.16 Fornecedores e Outros credores

Os saldos de fornecedores e outros credores são registados pelo seu valor nominal.

2.17 Impostos sobre o rendimento

O Imposto sobre o rendimento do exercício foi determinado com base nos Resultados Líquidos das empresas incluídas na consolidação, ajustados de acordo com a legislação fiscal, e considerando a tributação diferida.

Tal como estabelecido na IAS 12 – “Imposto sobre o Rendimento”, são reconhecidos activos por impostos diferidos apenas quando exista razoável segurança de que estes poderão vir a ser utilizados na redução do resultado tributável futuro, ou quando existam impostos diferidos passivos cuja reversão seja expectável no mesmo período em que os impostos diferidos activos sejam revertidos. No final de cada exercício é efectuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura. (Ver Nota 13)

3. Empresas incluídas na consolidação

As empresas incluídas na consolidação, suas sedes e proporção do capital detido em 30 de Junho de 2010 e 30 de Junho de 2009, são as seguintes:

	Percentagem de Capital detido		Condições de inclusão
	2010	2009	
Imobiliária Construtora Grão-Pará, S.A. Rua Misericórdia, 12 a 20, Piso 5 Sala 19 – 1200-273 Lisboa			
Directamente			
Autodril – Soc. Gestora de Participações Sociais, S.A. Rua Misericórdia, 12 a 20, Piso 5 Sala 19 – 1200-273 Lisboa	99,71%	99,71%	a)
Somotel – Soc. Portuguesa de Motéis, S.A. Rua Misericórdia, 12 a 20, Piso 5 Sala 19 – 1200-273 Lisboa	25,03%	25,03%	a)

Comportur–Comp. Port. De Urbanização e Turismo, S.A. Rua Misericórdia,12 a 20, Piso 5 Sala 19 – 1200-273 Lisboa	51,60%	51,60%	a)
Indumármore – Indústria de Mármore, Lda Rua Misericórdia,12 a 20, Piso 5 Sala 19 – 1200-273 Lisboa	90%	90%	a)

Indirectamente**Autodril – Soc. Gestora de Participações Sociais, S.A.**

Grão-Pará Agroman – Sociedade Imobiliária, S.A. Rua Misericórdia,12 a 20, Piso 5 Sala 19 – 1200-273 Lisboa	100%	100%	a)
Interhotel – Soc. Internacional de Hotéis, S.A. Rua Misericórdia,12 a 20, Piso 5 Sala 19 – 1200-273 Lisboa	96,29%	96,29%	a)
Autodril – Sociedade Imobiliária, S.A. Rua Misericórdia,12 a 20, Piso 5 Sala 19 – 1200-273 Lisboa	100%	100%	a)
Comportur–Comp. Port. De Urbanização e Turismo, S.A. Rua Misericórdia,12 a 20, Piso 5 Sala 19 – 1200-273 Lisboa	24,92%	24,92%	a)
Matur – Soc. De Empreendimentos Turísticos da Madeira, S.A. Rua Misericórdia,12 a 20, Piso 5 Sala 19 – 1200-273 Lisboa	31,44%	31,43%	a)

Interhotel – Soc. Internacional de Hotéis, S.A.

Matur – Soc. Emp. Turísticos da Madeira, S.A. Rua Misericórdia,12 a 20, Piso 5 Sala 19 – 1200-273 Lisboa	2,74%	2,74%	a)
--	-------	-------	----

a) As empresas consolidadas encontram-se nas condições previstas nas alíneas a) e d) do n.º 1, art. 1º do Decreto-Lei 238/91, de 2 de Julho.

4. Empresas não incluídas na consolidação

As empresas não incluídas na consolidação, suas sedes e proporção do capital detido em 30 de Junho de 2010 e 30 de Junho de 2009, são as seguintes:

Firma	Percentagem de Capital detido		Condições de exclusão
	2010	2009	
Turidecor – Soc. De Decorações Turísticas e Hoteleiras, Lda. Rua Castilho, 50 – 1250-071 Lisboa	30%	30%	a)
Compete –Comp. Promotora de Empreend. Turísticos, S.A. Rua Castilho, 50 – 1250-071 Lisboa	89%	89%	b)
Orplano – Org. e Planeamento Técnicos de Construção, S.A. Rua Castilho, 50 – 1250-071 Lisboa	34%	34%	c)

a) Turidecor – Sociedade de Decorações Turísticas e Hoteleiras, Lda. Capital Social: 9.975,95 Euros. Esta empresa está sem actividade há vários anos, pelo que se enquadra nas condições previstas na alínea a) do nº 3, artigo 4º do Decreto-Lei 238/91 de 2 de Julho.

b) Compete – Companhia Promotora de Empreendimentos Turísticos, S.A. Capital Social: 9.975,95 Euros. Esta empresa está sem actividade há vários anos, pelo que se enquadra nas condições previstas na alínea a) do nº 3, artigo 4º do Decreto-Lei 238/91 de 2 de Julho.

c) Orplano – Organização e Planeamento Técnicos de Construção, S.A. Capital Social: 2.493,98 Euros. Esta empresa está sem actividade há vários anos, pelo que se enquadra nas condições previstas na alínea a) do nº 3, artigo 4º do Decreto-Lei 238/91 de 2 de Julho.

5. Aquisição e alienação de subsidiárias

Não ocorreram aquisições ou alienações de subsidiárias nos exercícios de 2010 e 2009.

6. Vendas e serviços prestados

As vendas e serviços prestados por segmentos dos exercícios, findos em 30 de Junho de 2010 e 30 de Junho de 2009 distribuem-se da seguinte forma:

Actividades	30-06-2010			30-06-2009		
	Mercados		Total	Mercados		Total
	Interno	Externo		Interno	Externo	
Turística	580.810,00	14.817,48	595.627,48	447.084,38	27.032,99	474.117,37
Imobiliária				180.000,00		180.000,00
Outras						
Total	580.810,00	14.817,48	595.627,48	627.084,38	27.032,99	654.117,38

7. Outros rendimentos e ganhos

Rubricas	30-06-2010	30-06-2009
Ganhos na alienação de investimentos não financeiros		19.870,40
Proveitos suplementares	180.909,09	160.148,94
Outros	23.982,23	876.725,08
	204.891,32	1.056.744,02

8. Fornecimentos e Serviços Externos

Rubricas	30-06-2010	30-06-2009
Serviços especializados		
Trabalhos especializados	102.362,60	58.435,72
Publicidade e propaganda	4.796,64	7.246,11
Vigilância e segurança	6.446,23	1.635,62
Honorários	71.276,50	52.742,88
Comissões	6.688,45	12.399,45
Conservação e reparação	35.237,59	42.925,89
Materiais		
Ferramentas e utensílios	4.966,04	5.079,89
Material de escritório	10.214,71	7.898,52
Artigos para oferta	186,25	323,80
Outros materiais	6.254,38	8.590,14
Energia e fluidos		
Electricidade	46.463,38	46.023,33
Combustíveis	43.216,69	31.190,77
Água	5.360,49	10.769,84
Deslocações, estadas e transportes		
Deslocações e estadas	4.838,09	8.226,21
Transporte de pessoal	3.969,85	3.748,20
Serviços diversos		
Rendas e Alugueres	555.100,00	681.975,00
Comunicação	16.952,36	18.382,40
Seguros	16.702,25	21.757,55
Contencioso e notariado	4.718,16	30.886,93
Despesas de representação	15.844,67	17.626,27
Limpeza, higiene e saúde	25.289,65	18.644,54
Outros Serviços	43.182,28	44.240,75
	1.030.067,26	1.130.749,81

9. Custos com o pessoal

Rubricas	30-06-2010	30-06-2009
Remunerações	929.074,68	948.504,33
Benefícios pós-emprego	1.684,68	1.684,68
Indemnizações	42.841,22	27.925,82
Encargos sobre remunerações	155.143,07	162.126,95
Seguros de acidentes no trabalho	7.508,92	10.186,78
Gastos de acção social	22.076,22	28.326,68
Outros gastos	1.784,97	5.074,01
	1.160.113,76	1.183.829,25

Número médio de empregados em 30 de Junho de 2010 é de 120.

10. Gastos de depreciação e de amortização

Rubricas	30-06-2010	30-06-2009
Activos fixos tangíveis		
Edifícios e outras construções	171.143,24	326.361,36
Equipamento básico	14.235,49	14.204,58
Equipamento de transporte		6.398,12
Equipamento administrativo	4.579,87	6.673,48
Outros activos fixos tangíveis	5.315,04	153,25
	195.273,64	353.790,90

11. Outros custos operacionais

Rubricas	30-06-2010	30-06-2009
Impostos	28.473,56	14.777,10
Despesas confidenciais	7.489,28	6.862,53
Multas e penalidades	1.792,00	2.715,16
Correcções relativas a exerc. Anteriores	15.021,11	9.799,23
Outros	8.764,03	12.744,89
	61.539,98	46.898,91

12. Resultados financeiros

Os resultados financeiros têm a seguinte composição:

Gastos e Perdas	Exercícios	
	30-06-2010	30-06-2009
Juros suportados	848.874,71	1.526.708,65
Diferenças de câmbios desfavoráveis	a) 2.011.806,12	44.956,22
Outros custos e perdas financeiras	25.825,98	14.657,53
Resultados financeiros	-2.886.506,81	-1.580.060,37
	0	6.262,23
Rendimentos e Ganhos	Exercícios	
	30-06-2010	30-06-2009
Juros obtidos		0,13
Rendimentos de Part. Capital		5.100,00
Diferenças de câmbio favoráveis		
Descontos de pronto pagamento obtidos		
Ganhos c/ Alienação Aplic. Tesouraria		1.162,10
Outros prov. e ganhos financeiros		
	0	6.262,23

a) Valor da diferença de câmbio resultante da actualização do empréstimo que a Empresa-mãe mantém com o Banco Espírito Santo no valor de 17.862.362,38 USD.

13. Imposto sobre o rendimento

A Imobiliária Construtora Grão-Pará e as empresas do Grupo encontram-se sujeitas a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas – IRC à taxa nominal de 25% do remanescente de 12.500 Euros que são tributados a taxa de 12,5%, incrementado pela derrama até ao limite máximo de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC.

Cada uma das empresas é tributada individualmente e contabiliza os impostos diferidos resultantes das diferenças temporárias entre as bases contabilísticas e fiscais dos seus activos e passivos.

Os montantes agregados de imposto são decompostos como se segue:

	30-06-2010	30-06-2009
Corrente	4.803,44	5.100,26
Diferido	-17.422,00	-12.170,00
	<u>-12.618,56</u>	<u>-7.069,74</u>

14. Activos fixos tangíveis

14.2 – Equipamentos em regime de locação financeira

Os bens utilizados em regime de locação financeira e respectivo valor contabilístico são os seguintes:

Bens	Ano	Taxa	Valor Contrato	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido
Material de Health Center	1996	6,25%	17.789,63	16.121,85	1.667,78
Total			<u>17.789,63</u>	<u>16.121,85</u>	<u>1.667,78</u>

14.3 - Garantias

Ver Nota 27.

14.4 – Activos fixos tangíveis em curso

O activo fixo tangível em curso refere-se a obras de remodelação do sistema de incêndio das unidades hoteleiras.

14.5 – Reavaliações

Não se verificaram alterações aos valores de mercado dos activos fixos tangíveis afectos à actividade operacional.

Grupo Grrão Pará - Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas

14.1 - Movimentos ocorridos no exercício

Custo	Terrenos	Edifícios e outras Construções	Equipamento básico	Equipamento de Transporte	Equipamento Administrativo	Outros Activos F.Tangíveis	Act.Fixos em curso	Total
Saldo em 1 de Janeiro de 2009	51.679.823,67	5.727.889,04	3.608.489,56	426.439,61	3.120.397,12	598.702,30	17.969,65	65.179.710,95
Aquisições			3.910,78				8.814,91	
Abates e alienações								
Correcções e transferências								
Saldo em 30 de Junho de 2010	51.679.823,67	5.727.889,04	3.612.400,34	426.439,61	3.120.397,12	598.702,30	26.784,56	65.192.436,64
Amortizações e perdas por Imparidade								
Saldo em 1 de Janeiro de 2009		5.344.823,71	3.505.558,25	426.439,61	3.107.517,27	547.329,54		12.931.668,38
Amortizações do exercício		171.143,24	14.235,49		4.579,87	5.315,04		
Perdas por imparidade								
Abates e alienações								
Correcções e transferências								
Saldo em 30 de Junho de 2010		5.515.966,95	3.519.793,74	426.439,61	3.112.097,14	552.644,58		13.126.942,02
Valor Líquido								
Saldo em 30 de Junho de 2010	51.679.823,67	211.922,09	92.606,60	0,00	8.299,98	46.057,72	26.784,56	52.065.494,62
Saldo em 30 de Junho de 2009	51.679.823,67	6.469.987,35	116.413,20	7.366,94	16.860,86	60.358,92	90.871,73	58.441.682,67

16. Investimentos Financeiros

Rubricas	30-06-2010	30-06-2009
Partes de Capital em empresas Associadas	37.506,39	37.507,38
Títulos e Outras Aplicações Financeiras	1.630.538,90	687.936,36
Adiantamentos por conta de Investimentos financeiros	317.073,86	317.073,86
	1.985.119,15	1.042.517,60

Os Títulos e Outras aplicações Financeiras apresentam a seguinte decomposição:

	30-06-2009	30-06-2009
Investimentos em Imóveis	1.624.732,46	681.486,77
<u>Partes de Capital noutras empresas:</u>		
Valor Bruto	5.806,44	5.806,44
Provisão para perdas		
Valor líquido	5.806,44	5.806,45
	1.630.538,90	687.293,21

17. Impostos diferidos

Os Impostos Diferidos registados são passivos e respeitam exclusivamente à reavaliações de activos fixos tangíveis. Os movimentos ocorridos estão relacionados com a reversão dos Impostos Diferidos relativos às amortizações correspondentes à reavaliação dos activos em causa.

19. Existências

Rubricas	30-06-2010	30-06-2009
Matérias-primas e consumíveis	12.413,56	10.976,91
Produção em curso	a)6.216.506,90	a)6.783.265,91
Produtos acabados	540.764,88	2.241.867,14
Mercadorias	879.520,74	945.684,27
	7.649.206,08	9.954.794,23
Provisão para perdas	1.171.129,49	2.128.926,18
	6.478.076,59	7.825.868,05

a) Inclui os projectos que se encontram a ser desenvolvidos pela Imobiliária Construtora Grão-Pará, nomeadamente os diversos projectos para os terrenos circundantes do Autódromo, pertencentes à Autodril-Sociedade Imobiliária, S.A., o projecto em Pena Furada da Comportur, S.A. e ainda os projectos na Madeira, após a conversão de terrenos turísticos em imobiliários, em virtude da ampliação do Aeroporto de Santa Catarina.

20. Outras Dívidas de Terceiros

Rubricas	30-06-2010	30-06-2009
Outros accionistas	71.447,93	108.854,75
Adiantamentos a fornecedores		5.000,00
Estado e Outros Entes Públicos – 20.1	320.018,77	381.256,10
Outros devedores – 20.2	22.823.722,02	22.249.927,59
	23.215.188,72	22.745.038,44

20.1 – Estado e Outros Entes Públicos

Imposto sobre o Rend. Pessoas Colectivas – IRC	96.900,11	60.3490,82
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA) a recuperar	223.118,66	320.765,28

20.2 – Outros devedores

Deste montante cerca de 16.950.000 Euros correspondem ao valor que foi contabilizado em Dezembro de 2001 resultante da diferença entre o valor de liquidação das dívidas ao Estado pagas no âmbito do Acordo Global e o valor dos bens dados como pagamento. A esta data corre nos tribunais um processo intentado contra o Estado para recuperação deste valor.

21. Outros Activos Correntes

	Rubricas	30-06-2010	30-06-2009
Gastos a reconhecer		6.066,57	561.625,91
		<u>6.066,57</u>	<u>561.625,91</u>

22. Caixa e equivalentes de caixa

	Rubricas	30-06-2010	30-06-2009
Depósitos a prazo		100.000,00	
Depósitos à ordem		227.580,83	44.700,80
Caixa		5.808,70	6.906,65
Caixa e equivalentes de Caixa		<u>333.389,66</u>	<u>51.607,45</u>

23. Capital social

Não há categorias diferenciadas nas acções da Empresa e o capital social é composto por 2.500.000 acções e o seu valor nominal é de 5 Euros. As acções são quase na sua totalidade ao portador.

Principais accionistas	30-06-2010	30-06-2009
D. Fernanda Pires da Silva	674.112	671.582
Dr. Abel Pinheiro (Santa Filomena e KB Business)	801.417	382.661
Dr. Pedro Pinheiro (Edinger Holdins LLC)	2.513	292.396
Autodril – S.G.P.S.,AS	440.180	440.180
Matur – Soc. Emp. Turísticos da Madeira, SA	83.234	83.234
EDEC – Edificações Económicas, SA	150.924	150.924
Herdeiros do Sr. João Paulo Teotónio Pereira	54.159	54.159
INVESMON Limited – Liability Company	219.229	219.229

26. Interesses Minoritários

	% Interesses Minoritários		Resultados Atribuídos	
	30-06-2010	30-06-2009	30-06-2010	30-06-2009
Interhotel – Soc. Internacional de Hotéis, S.A	3,99%	3,99%	3.528,69	3.548,72
Matur – Soc. Empreendimentos Turísticos da Madeira, S.A	66,06%	66,06%	212.025,53	228.748,72
Autodril – Soc. Gestora de Participações Sociais, S.A	0,29%	0,29%	491,85	596,08
Comportur – Companhia Portuguesa de Urbanização e Turismo, S.A	23,55%	23,55%	27.408,17	18.787,76
Indumármore – Indústria de Mármore, Lda.	10%	10%	8,50	20,30
			<u>243.462,74</u>	<u>251.701,58</u>

27. Empréstimos bancários

Os empréstimos bancários são exigíveis como segue:

	Prazo	30-06-2010	30-06-2009
Curto Prazo		17.168.851,65	11.1633.868,04
Médio e Longo Prazo		33.577.467,12	36.452.080,33
		<u>47.618.948,37</u>	<u>47.618.948,37</u>

A dívida a médio e longo prazo é exigível como se segue:

2011	5.787.643,71
2012	6.737.334,33
2013	6.737.334,33
2014	7.341.332,93
2015 e seguintes	6.973.821,81

Imobiliária Construtora Grão-Pará, S.A.

Hipotecas a favor do Banco Espírito Santo

- Financiamento no valor de USD 17.862.362,38 com garantia de diversos imóveis sítos na Madeira propriedade da Imobiliária Construtora Grão-Pará, S.A. e da Matur, S.A. no montante de 14.411.058,08 Euros.

- Financiamento de 16.036.520,79 Euros com garantia de terrenos propriedade da Autodril – Sociedade Imobiliária, S.A..

Hipoteca a favor do Banco Comercial Português

- Financiamento no valor de 895.000 Euros com garantia de 239.799 acções da Imobiliária Construtora Grão-Pará, S.A., propriedade da Autodril – S.G.P.S.,S.A..
Capital em dívida á data – 447.500 Euros

Matur – Sociedade de Empreendimentos Turísticos da Madeira, S.A.

Hipoteca a favor da Caixa Geral de Depósitos

- Financiamento no valor de 9.975.957,94 Euros com garantia de diversos apartamentos, moradias e lote de terreno sítos na Madeira.

Autodril – Sociedade Imobiliária, S.A.

Hipoteca subsidiária a favor do Banco Espírito Santo

- Financiamento no valor de 7.425.281,96 Euros com garantia de terrenos sítos em Alcabideche e imóveis propriedade da Matur, S.A..

29. Outras Dívidas a Terceiros

	Rubricas	30-06-2010	30-06-2009
Estado e Outros Entes Públicos		328.310,94	485.647,58
Adiantamento de Clientes			11.437,46
Outros accionistas		31.346,18	24.899,22
Outros Credores		874.356,21	346.972,65
		<u>1.234.013,33</u>	<u>868.956,91</u>

29.1 – Estado e Outros Entes Públicos

	30-06-2010	30-06-2009
Imposto sobre o Rend. Pessoas Singulares – IRS	46.973,97	77.153,35
Contribuições para a Segurança Social	281.336,97	408.494,23
	<u>328.310,94</u>	<u>485.647,48</u>

Estão em mora responsabilidades perante a Segurança Social no montante de cerca de 237.000 Euros das empresas do Grupo (Matur e Somotel) e 205.000 Euros referentes a PEC não contabilizados dos exercícios de 2003 e 2004, na empresa-mãe e nas empresas do Grupo Interhotel, Matur e Autodril-SGPS.

30. Provisões

	Provisões p/ outros Riscos e encargos	Provisões p/ proc. Judiciais/curso	Total
Saldo em 1 de Janeiro de 2010	133.629,16	10.624,40	144.253,56
Provisões constituídas no exercício			
Provisões utilizadas no exercício			
Provisões anuladas no exercício			
Saldo em 30 de Junho de 2010	<u>133.629,16</u>	<u>10.624,40</u>	<u>144.253,56</u>

31. Outros Passivos Correntes

Rubricas	30-06-2010	30-06-2009
Credores por acréscimos de gastos		
Remunerações a liquidar	890.145,36	838.796,69
Especialização de juros	4.130.301,24	4.860.826,06
Outros		192.491,27
	<u>5.020.446,70</u>	<u>5.142.114,02</u>

33. Compromissos de capital

Não existem compromissos assumidos pelo grupo para aquisição de participações financeiras.

34. Contingências

À data de 30 de Junho de 2010 encontravam-se em curso os seguintes processos judiciais, referentes a acções intentadas por particulares sobre a posse dos terrenos circundantes do Autódromo, propriedade da Autodril – Sociedade Imobiliária, S.A.:

Processo nº 672/99 - Acção declarativa condenatória na forma de processo ordinário

Processo intentado por um terceiro para reconhecimento do direito de propriedade de imóveis que a Autodril – Sociedade Imobiliária reclama como seus por compra e os autores declaram como adquiridos por usucapião. A empresa tem defendido os seus direitos no sentido de manter no seu património, o referido prédio, sendo seu utilizador e ocupante há vários anos.

O desfecho da acção é imprevisível pelas dificuldades em se comprovar a propriedade por parte da empresa, e pela complexidade da prova no que respeita aos autores.

Em termos de resolução prevê-se que no mínimo este processo terá ainda pelo menos 1 ano até à sua decisão.

Processo nº 124/99 - Acção declarativa de condenação para impugnação de justificação notarial. Cancelamento dos respectivos registos.

Processo intentado por particulares para declarar nulos os contratos de aquisição de pequenas parcelas de terreno encravados nos prédios circundantes do Autódromo (hoje pertença da empresa), que os autores reclamam como sendo legítimos donos e proprietários.

O desfecho da acção ainda não é previsível.

À data de 30 de Junho de 2010 encontravam-se em curso os seguintes processos judiciais, referentes a acções intentadas contra a Matur, S.A.:

Processo nº 632/98 que corre termos no Tribunal Cível da Comarca de Lisboa, intentado por Maria Emília Sampaio de Almada Lobo Guimarães, para pagamento do valor actualizado da fracção B-G, Flats 3, apartamento 36, 1º andar, Machico, no valor de 62.349,74 €, acrescido de juros de mora e custas no total de 80.349,74€. O processo encontra-se em fase de executiva, tendo já ocorrido a reclamação de créditos, o Tribunal determinou diligências para a venda de bens penhorados, que são a lavandaria e a roupa dos Flats Processo nº 100160-A/98, que corre termos pelo Tribunal do Trabalho do Funchal, acção executiva por custas instaurada pelo Ministério Público, no montante de 80.000,00€. Brevemente o processo ficará regularizado.

Processo nº 62/99 Tg., que corre termos pelo Tribunal do Trabalho do Funchal, instaurado pela Inspeção-Geral do Trabalho, para pagamento de créditos laborais, a liquidar em execução de sentença, e quantias devidas à Segurança Social, no montante de 14.329,99€. Comprovado o pagamento parcial de salários aos trabalhadores, os autos prosseguem pelo remanescente e pelas dívidas à Segurança Social. Aguarda-se despacho para extinção dos autos.

Processo nº 119/00, que corre termos no Tribunal do Trabalho do Funchal, acção intentada por Jordão Oliveira dos Santos e outros, por salários não pagos e rescisão do contrato, no valor de 106.563,08 €. A empresa foi condenada por Acórdão transitado em julgado.

No âmbito dessa acção, os autores requereram uma providência cautelar de arresto relativamente a uma quantia que a Matur tinha depositada à sua ordem no Tribunal Judicial de Santa Cruz. A providência foi decretada mas, quando os autores requereram a sua conversão em penhora, o Tribunal de Santa Cruz informou que já tinha entregue essa quantia à Matur.

A acção prossegue contra o Estado Português e contra a Matur, SA, através do Processo nº 227/05.9TBSCR, que corre termos no Tribunal Judicial de Santa Cruz, na qual os autores pedem a condenação do Estado Português e da Matur, SA, no pagamento de 109.394,36 €, a título de indemnização pelos prejuízos sofridos devido à entrega efectuada pelo Tribunal de Santa Cruz do valor que tinha sido arrestado. Aguarda marcação de julgamento.

Processo nº 566/03.0TBSCR, que corre termos no Tribunal Judicial de Santa Cruz, com o valor de 54.068,79€, intentado por Álvaro Gonçalves Barbosa e outros, por incumprimento de contrato promessa de compra e venda de um apartamento. Aguarda julgamento.

Processo n.º 248/09.2TBSCR, em 6 de Fevereiro de 2009, a Caixa Geral de Depósitos, S.A. instaurou contra a Matur - Sociedade de Empreendimentos Turísticos da Madeira, S.A. e a Imobiliária Construtora Grão-Pará, S.A. uma acção executiva, na qual indicou como quantia exequenda o valor de € 17.858.437,68 - acrescido de juros de mora vincendos -. Como título executivo, a Exequente juntou um acordo de pagamento de dívida celebrado pela Exequente e Executadas em 7 de Junho de 2002, para concretização de um acordo anteriormente assinado pelas mesmas partes em 8 de Fevereiro de 2002. Aguarda marcação de julgamento.

35. Garantias Prestadas

Em 30 de Junho de 2010 e 2009 existiam as seguintes garantias prestadas:

A favor de	30-06-2009	30-06-2009
Administração Fiscal	129.699,87	185.229,08
Fornecedores	170.486,87	249.528,43
Tribunais de Trabalho	7.938,81	7.938,81
Outros	84.798,38	81.606,81
	<u>392.923,93</u>	<u>524.303,13</u>

36. Partes relacionadas

36.1 – Controlo do Grupo

Ver Nota 3 e 4.

36.2 – Transacções com Administradores

Não existem transacções com Administradores

36.3 – Remunerações dos Administradores

As remunerações atribuídas ao Conselho de Administração foram as seguintes:

Empresas	Conselho Administração
Imobiliária Construtora Grão-Pará, S.A.	112.000,00
Interhotel – Soc. Internacional de Hotéis, S.A.	53.326,00
Matur – Soc. Empreendimentos Turísticos da Madeira, S.A.	28.556,50
Autodril – Soc. Gestora de Participações Sociais, S.A.	62.635,00
Comportur – Comp. Portuguesa de Urb. e Turismo, S.A.	23.142,00
G.P.A. – Grão-Pará Agroman, S.A.	21.000,00
Autodril – Sociedade Imobiliária, S.A.	57.018,00
Total	357.677,50

37. Eventos subsequentes à data do balanço

Não existem eventos subsequentes à data de balanço que possam ter impacto material nas Demonstrações Financeiras.

Lisboa, 14 de Julho de 2010

A Administração
Dr. Abel Saturnino de Moura Pinheiro
Dr. Pedro Caetano de Moura Pinheiro

O Técnico Oficial de Contas
N.º 33.321 – Sandra Vieira

GRUPO GRÃO-PARÁ

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2010 E 2009

(Valores expressos em Euros)

	30-06-2010	30-06-2009
Actividades Operacionais:		
Recebimentos de clientes	578.156,39	383.849,49
Pagamentos a fornecedores	-305.271,39	-323.575,81
Pagamentos ao pessoal	-297.044,57	-289.150,38
Disponibilidades geradas (aplicadas nas) pelas operações	-24.159,57	-228.876,70
Imposto sobre o rendimento pago		
Recebimentos de empréstimos concedidos		
Pagamentos de empréstimos obtidos		
Outros recebimentos/pagamentos relativos à act. Operacional	-2.155.013,20	-1.159.749,77
Fluxos de caixa resultantes das actividades operacionais	-2.179.172,77	-1.388.626,47
Actividades de investimento:		
Pagamentos respeitantes a:		
Investimentos financeiros		
Imobilizações corpóreas	0,00	0,00
Recebimentos respeitantes a:		
Investimentos financeiros	0,00	228.648,82
Fluxos de caixa resultantes das actividades de investimento	0,00	228.648,82
Actividades de financiamento:		
Recebimentos relativos a empréstimos obtidos	2.450.000,00	0,00
Reembolso de empréstimos	-544.750,00	-44.750,00
Pagamentos relativos a contractos de locação financeira	-45.014,73	-41.297,22
Pagamento de juros e custos similares	-41.178,98	-34.898,27
Fluxos de caixa resultantes das actividades de financiamento	1.819.056,29	-120.945,49
Variação líquida de caixa e seus equivalentes	-360.116,48	-1.280.923,14
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	693.506,01	1.332.530,14
Efeitos das diferenças de cambio		
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	333.389,53	51.607,00

Lisboa, 14 de Julho de 2010

O Técnico Oficial de Contas Nº 33.321
Sandra Vieira

A Administração
Dr. Abel Saturnino de Moura Pinheiro
Dr. Pedro Caetano de Moura Pinheiro

**Declaração Emitida nos termos e para os efeitos da alínea c) do nº1 do
artigo 246º do Código dos Valores Mobiliários**

Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c) do nº1 do artigo 246º do Código dos Valores Mobiliários, os membros do Conselho de Fiscal da Imobiliária Construtora Grão-Pará, SA, cuja identificação e funções se indicam infra, declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento:

- a) O relatório de gestão, as contas e demais documentos de prestação de contas semestrais, exigidos por Lei ou regulamento, todos relativos ao exercício findo a 30 de Junho de 2010, foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Sociedade e das sociedades incluídas no perímetro da consolidação;
- b) O relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Sociedade e das sociedades incluídas no perímetro da consolidação e, quando aplicável, contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

Joaquim Eduardo Pinto Ribeiro
(Presidente)

Sandra Gomes Rato
(Vogal)

Maria Felisbela de Sousa Noronha
(Vogal)